

CVE:61/15

Isabel Reis

Pergunta: Sou casada com comunhão de adquiridos há 16 anos, temos casa em comum que se encontra alugada, mas vivo na casa do pai de marido (mãe faleceu e ainda não deram partilhas). Marido não aceita divórcio, posso sair desta casa com minha filha de 12 anos e alugar uma casa, mesmo sem o divórcio estar a decorrer ou posso voltar para a casa em comum após cessação de contrato de quem lá habita até a mesma ser vendida e divórcio ser concretizado?/

Quanto à primeira das questões importa previamente esclarecer, que **atualmente em Portugal é possível obter o divórcio, ainda que apenas uma das partes tenha intenção de se divorciar.**

Através de uma **ação de divórcio sem consentimento**, a parte que pretende o divórcio caso alegue e demonstre em tribunal a separação de facto por um ano consecutivo; a alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum; a ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a um ano ou quaisquer outros factos que, independentemente da culpa dos cônjuges, mostrem a ruptura definitiva do casamento, pode ver decretado o divórcio, **regularizando dessa forma a sua situação pessoal e patrimonial.**

É que, de facto, inexistindo vontade de manter o casamento importa ressaltar que, pese embora se possa transitar para uma situação de separação de facto, como parece sugerir na sua exposição, **juridicamente o casamento mantém-se e o estatuto de casada acarreta consequências pessoais e, especialmente, patrimoniais** que podem ser bastante prejudiciais, como por exemplo, dívidas que o outro cônjuge possa vir a contrair podem vir a onerá-la porque é casada com ele.

Quanto à questão de **sair de casa com a filha**, existe um grande entrave pelo facto de ela ser menor e de não se encontrarem reguladas as responsabilidades parentais em relação a ela.

Efetivamente, sendo a menina filha de pais casados e não separados de facto, vale em relação a ela **uma verdadeira partilha dos direitos parentais entre o pai e a mãe**.

Ou seja, a vida da criança deve ser orientada indistintamente pelo pai e pela mãe. Pelo que a mãe não pode, de forma legal, retirar a criança do convívio do pai sem que se **defina judicialmente** como se irá organizar a vida da criança, num contexto diferente daquele que pressupõe a vida em conjunto do pai com a mãe.

Ou seja, **para agir em estrito cumprimento da lei, deverá dar entrada em tribunal de um pedido de regulação das responsabilidades parentais**, mal ocorra a separação de facto, para que seja redefinido o dia-a-dia da menor, o convívio com os progenitores, a residência e a pensão de alimentos, entre outros aspectos da nova realidade da menina.

Quanto à questão de **arrendar uma casa**, pode fazê-lo, já que isso se inclui num ato de gestão corrente da sua vida, e não implica autorização ou anuência do cônjuge.

O mesmo não se pode dizer em relação à **utilização exclusivamente por si da casa de ambos**.

De facto pode utilizá-la, mas o seu marido também. Ou seja, ambos têm direito a estar na casa que é dos dois.

É que, não se encontrando a decorrer qualquer processo de divórcio, não se vai definir a questão da utilização da casa de morada de família, que é uma questão discutida nos processos de divórcio por mútuo consentimento e sem consentimento, de que falamos supra.

Nas ações de divórcio é definido quem é que fica com o direito de usar a casa de morada de família, e o cônjuge que ficar sem direito de usar a casa, deve abster-se de ter comportamentos típicos de proprietário da casa.

A ser como expõe, não dispõe de qualquer título que lhe permita usar a casa sozinha ou proibir que ele importune a sua vivência, ou que ele próprio decida lá residir também.



22-09-2015

Lara Duarte Ramos
Advogada